

SUMÁRIO

Constituição do Estado do Rio de Janeiro	11
Preâmbulo	11
Título I: Dos princípios fundamentais	11
Título II: Dos direitos e garantias fundamentais	12
Capítulo I: <i>Dos direitos e deveres individuais e coletivos</i>	12
Capítulo II: <i>Dos direitos sociais</i>	18
Capítulo III: <i>Da família, da criança, do adolescente, do idoso</i>	19
Capítulo IV: <i>Da defesa do consumidor</i>	21
Título III: Da organização estadual	22
Capítulo I: <i>Disposições preliminares</i>	22
Capítulo II: <i>Da competência do Estado</i>	24
Capítulo III: <i>Das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões</i>	26
Capítulo IV: <i>Da administração pública</i>	26
Seção I: <i>Disposições gerais</i>	26
Seção II: <i>Do controle administrativo</i>	32
Seção III: <i>Dos servidores públicos civis</i>	32
Seção IV: <i>Dos servidores públicos militares</i>	38
Título IV: Dos poderes do Estado	39
Capítulo I: <i>Do Poder Legislativo</i>	39
Seção I: <i>Disposições preliminares</i>	39
Seção II: <i>Das atribuições da Assembléia Legislativa</i>	40
Seção III: <i>Dos Deputados</i>	44
Seção IV: <i>Das reuniões</i>	46
Seção V: <i>Das comissões</i>	47
Seção VI: <i>Do processo legislativo</i>	48
Subseção I: <i>Da emenda à Constituição</i>	48
Subseção II: <i>Das leis</i>	49
Subseção III: <i>Da iniciativa popular</i>	51
Seção VII: <i>Da Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa</i>	52
Seção VIII: <i>Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária</i>	52
Capítulo II: <i>Do Poder Executivo</i>	57
Seção I: <i>Do Governador e do Vice-Governador do Estado</i>	57
Seção II: <i>Das atribuições do Governador do Estado</i>	58
Seção III: <i>Da responsabilidade do Governador do Estado</i>	59
Seção IV: <i>Dos Secretários de Estado</i>	60

Capítulo III: <i>Do Poder Judiciário</i>	61
Seção I: <i>Disposições gerais</i>	61
Seção II: <i>Da competência dos tribunais</i>	67
Seção III: <i>Do Tribunal de Justiça</i>	68
Seção IV: <i>Dos Tribunais de Alçada e de outros tribunais criados por lei</i>	70
Seção V: <i>Dos Juízes de Direito</i>	70
Seção VI: <i>Dos Conselhos de Justiça Militar</i>	71
Seção VII: <i>Dos Juizados Especiais</i>	71
Seção VIII: <i>Da Justiça de Paz</i>	72
Seção IX: <i>Do juízo de execuções penais</i>	72
Capítulo IV: <i>Das funções essenciais à justiça</i>	72
Seção I: <i>Do Ministério Público</i>	72
Seção II: <i>Da Procuradoria-Geral do Estado</i>	76
Seção III: <i>Da advocacia e da Defensoria Pública</i>	76
Seção IV: <i>Das disposições gerais</i>	78
Título V: <i>Da segurança pública</i>	79
Capítulo único	79
Título VI: <i>Da tributação e do orçamento</i>	81
Capítulo I: <i>Do sistema tributário estadual</i>	81
Seção I: <i>Dos princípios gerais</i>	81
Seção II: <i>Das limitações do poder de tributar</i>	82
Seção III: <i>Dos impostos do Estado</i>	83
Seção IV: <i>Dos impostos dos Municípios</i>	85
Seção V: <i>Da repartição das receitas tributárias</i>	86
Capítulo II: <i>Das finanças públicas</i>	89
Seção I: <i>Disposições gerais</i>	89
Seção II: <i>Dos orçamentos</i>	89
Título VII: <i>Da ordem econômica financeira e do meio ambiente</i>	93
Capítulo I: <i>Dos princípios gerais da atividade econômica</i>	93
Capítulo II: <i>Da política industrial, comercial e de serviços</i>	95
Capítulo III: <i>Da política urbana</i>	97
Capítulo IV: <i>Dos serviços públicos</i>	100
Capítulo V: <i>Da política agrária</i>	101
Capítulo VI: <i>Da política agrícola</i>	102
Capítulo VII: <i>Da política pesqueira</i>	104
Capítulo VIII: <i>Do meio ambiente</i>	105
Título VIII: <i>Da ordem social</i>	112
Capítulo I: <i>Disposição geral</i>	112
Capítulo II: <i>Da seguridade social</i>	112
Seção I: <i>Disposição geral</i>	112
Seção II: <i>Da saúde</i>	113
Seção III: <i>Da assistência social</i>	118
Capítulo III: <i>Da educação, da cultura e do desporto</i>	118
Seção I: <i>Da educação</i>	118
Seção II: <i>Da cultura</i>	123
Seção III: <i>Do desporto</i>	124
Capítulo IV: <i>Dos índios</i>	125
Capítulo V: <i>Da ciência e tecnologia</i>	125
Capítulo VI: <i>Da comunicação social</i>	126
Capítulo VII: <i>Dos direitos das pessoas portadoras de deficiências</i>	127

Título IX: Da organização municipal	128
Capítulo I: <i>Das disposições preliminares</i>	128
Capítulo II: <i>Da intervenção do Estado nos Municípios</i>	132
Capítulo III: <i>Da criação, incorporação ou anexação, fusão e desmembramento de municípios</i>	133
Capítulo IV: <i>Da competência dos Municípios</i>	133
Capítulo V: <i>Do patrimônio municipal</i>	134
Capítulo VI: <i>Da fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios</i>	135
Título X: Das disposições gerais	135
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	137
Emenda Constitucional 1/91. <i>Dispõe sobre a prorrogação do prazo estabelecido no art. 39 do ADCT.</i>	155
Emenda Constitucional 2/91. <i>Acrescenta o parágrafo único ao art. 92 da CERJ.</i>	155
Emenda Constitucional 3/91.	156
Emenda Constitucional 4/91. <i>Suprime da CERJ dispositivos relativos ao Conselho Estadual de Contas dos Municípios e adita dispositivos referentes ao Tribunal de Contas do Estado.</i>	156
Emenda Constitucional 5/92. <i>Dá nova redação ao art. 11 caput do ADCT.</i>	162
Emenda Constitucional 6/94. <i>Dá nova redação ao § 3º do art. 107 da CERJ, adequando-o às disposições do art. 95 da mesma carta, do § 1º do art. 27 e do § 4º do art. 57, ambos da Constituição Federal.</i>	162
Emenda Constitucional 7/98. <i>Suprime da CERJ as disposições relativas aos Tribunais de Alçada do Estado do Rio de Janeiro.</i>	163
Emenda Constitucional 8/98. <i>Acrescenta parágrafo único ao art. 24 da CERJ.</i>	165
Emenda Constitucional 9/98. <i>Modifica a redação do inciso III do art. 322 da CERJ.</i>	165
Emenda Constitucional 10/98. <i>Altera o § 2º, do art. 121, da CERJ.</i>	166
Emenda Constitucional 11/99. <i>Limita a remuneração de Prefeitos e Vereadores.</i>	167
Emenda Constitucional 12/99. <i>Cria a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas.</i>	168
Emenda Constitucional 13/2000. <i>Altera o § 2º do art. 128 da CERJ.</i>	169
Emenda Constitucional 14/2000. <i>Dá nova redação ao item I, do art. 105, da seção III – Dos Deputados, da CERJ.</i>	170
Emenda Constitucional 15/2000. <i>Altera o caput, o § 2º e acrescenta um § 3º ao art. 263 da CERJ.</i>	170
Emenda Constitucional 16/2000. <i>Acrescenta o inciso XVI ao art. 145, altera o parágrafo único do art. 180, e substitui expressões da CERJ.</i>	173
Emenda Constitucional 17/2001. <i>Altera o § 2º do art. 104, da CERJ, instituindo o voto aberto para a cassação de mandato de Deputado.</i>	174
Emenda Constitucional 18/2001. <i>Altera o § 4º do art. 115, da CERJ, instituindo o voto aberto na deliberação sobre o veto do Poder Executivo.</i>	174
Emenda Constitucional 19/2001. <i>Modifica a redação dos arts. 99 e 102 da CERJ.</i>	175
Emenda Constitucional 20/2001. <i>Acrescente-se um parágrafo único ao art. 96 da CERJ.</i>	176
Emenda Constitucional 21/2001. <i>Dá preferência aos maiores de 65 anos de idade no pagamento de precatórios de natureza alimentícia.</i>	176

Emenda Constitucional 22/2001. Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 262 da CERJ.	177
Emenda Constitucional 23/2001. <i>Dá nova redação ao art. 357 da CERJ e revoga legislação complementar.</i>	178
Emenda Constitucional 24/2002. <i>Altera a alínea “b”, do inciso, I, do art. 181, e o art. 212, ambos da CERJ.</i>	178
Emenda Constitucional 25/2002. Restabelece com nova redação o art. 18 do ADCT.	179
Emenda Constitucional 26/2002. Altera os §§ 1º e 5º do art. 176, e o art. 212, ambos da CERJ.	180
Emenda Constitucional 27/2002. Revoga os arts. 62 e 63 do ADCT da CERJ de 5.10.1989.	181
Emenda Constitucional 28/2002. Modifica a redação do art. 156 da CERJ.	182
Emenda Constitucional 29/2003. Modifica o art. 86 da CERJ.	183
Emenda Constitucional 30/2003. Modifica a redação do art. 82, § 4º da Constituição Estadual, <i>determinando a correção monetária de pagamentos em atraso do funcionalismo público estadual.</i>	184
Emenda Constitucional 31/2003. Altera o inciso I do § 1º do art. 263 da CERJ.	184
Emenda Constitucional 32/2003. Modifica a redação do art. 332 da CERJ.	185
Emenda Constitucional 33/2004. Altera o art. 107 da CERJ.	186
Emenda Constitucional 34/2005. Acrescenta parágrafos ao artigo 77 da CERJ.	187
Emenda Constitucional 35/2006. Acrescenta parágrafo ao art. 183 da CERJ.	188
Emenda Constitucional 36/2006. Acrescenta o parágrafo 7º ao artigo 107 da CERJ.	188
Emenda Constitucional 37/2006. Altera a CERJ, adequando-a às modificações <i>introduzidas na CF pela EC 45, de 08 de dezembro de 2004.</i>	189
Emenda Constitucional 38/2006. Acrescenta o § 3º, ao artigo 112 da CERJ, <i>na forma que menciona.</i>	195
Emenda Constitucional 39/2006. Revoga o inciso I do parágrafo único do <i>artigo 118 da CERJ.</i>	196
Índice remissivo	197